

GT04 - Formação dos docentes e dirigentes escolares: currículo e prática pedagógica.

O CURSO DE PEDAGOGIA E SEUS ATORES: QUEM SÃO E DE ONDE FALAM ALUNOS DE PEDAGOGIA DE BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS, BRASIL

Prof^a Dr^a Magali de Castro (GEPPDOC/PucMinas)¹-Brasil

magalicastro@uol.com.br

Prof^a Ms. M^a Célia de Freitas Fernandes (GEPPDOC/PucMinas-Fac. Pitágoras) - Brasil

mariaff@pitagoras.com.br

Resumo:

Este estudo é resultado de pesquisa realizada em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil e busca apresentar a realidade do corpo discente do Curso de Pedagogia. Foi aplicado questionário em 844 alunos de 1º e 2º períodos de 7 Cursos. O corpo discente, em sua maioria, tem menos de 30 anos, não possui condição socioeconômica favorável e busca no curso superior uma ascensão social e econômica. Sem experiência anterior na docência e exercendo atividades profissionais fora da área, enfrenta desafios diários. O estudo aponta para a necessidade de revitalização dos Cursos de Pedagogia, que deverão conhecer seus alunos: de onde vêm, que bagagem trazem e o que esperam do curso.

Palavras chave: Curso de Pedagogia, Formação de professores, Administração Educacional

Notas preliminares

O Curso de Pedagogia sempre foi conhecido como formador de professores e dos profissionais da educação que atuam em instituições escolares. Sua competência para a formação docente foi reforçada nos encontros sobre formação de Recursos Humanos para a educação, realizados no início dos anos oitenta e questionada no período posterior à promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394/96 que, com a criação dos Institutos Superiores de Educação - instâncias

¹ GEPPDOC: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Profissão Docente, cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, em 2004

formadoras de professores em todos os níveis - desencadeou a grande polêmica sobre a licenciatura em Pedagogia. Posteriormente, em 2006, com a aprovação das diretrizes curriculares para esse curso, sua competência para a formação docente voltou a ser reforçada e passou a ser a principal razão de ser do curso, constituindo seu núcleo central, a partir do qual são oferecidas as ênfases na formação dos outros profissionais da educação. Em sua trajetória, esse curso vem enfrentando impasses, tais como condições precárias de trabalho e desprestígio social dos educadores. Entretanto, um aspecto que tem chamado atenção nos últimos anos foi a mudança da configuração do corpo discente de Pedagogia, que antes era integrado predominantemente por professores da escola básica e hoje conta com grande parte de alunos que não têm experiência na área da educação. Esses são os atores de uma pesquisa concluída em 2011, com financiamento da FAPEMIG, que teve como objetivo analisar a realidade e as expectativas de alunos iniciantes, que vêm de outras áreas para a Pedagogia. Foi realizada em sete Instituições de Ensino Superior de Belo Horizonte, Minas Gerais, sendo duas públicas e cinco privadas², com o intuito de oferecer subsídios para se repensar a formação desses alunos, no Curso de Pedagogia. Entretanto, para se chegar aos alunos que não vinham da área educacional, era necessária uma pesquisa quantitativa, mais abrangente, que permitisse a caracterização do corpo discente das séries iniciais do curso. Os dados provenientes dessa pesquisa quantitativa foram muito ricos e nos permitiram as análises que apresentamos aqui, as quais apontam a realidade do corpo discente de Pedagogia, buscando conhecer melhor seus atores.

Os caminhos metodológicos

Em nossa pesquisa, foram utilizados dados qualitativos e quantitativos. Foram considerados aspectos relacionados ao Curso de Pedagogia e às suas Diretrizes Curriculares, no contexto da Política Educacional Brasileira e, ao lado desses estudos, foram analisados documentos relativos ao Curso de Pedagogia das instituições pesquisadas. Paralelamente, foi realizada pesquisa empírica, em dois momentos. No primeiro, foi aplicado, em todos os alunos de 1º e 2º período das sete instituições (844 alunos), questionário para caracterizar o corpo discente do curso. Esse instrumento de

² **Instituições públicas:** Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG. **Instituições privadas:** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas, Faculdade Pitágoras, Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC, Centro Universitário de Belo Horizonte – UNI-BH, Centro Universitário UNA.

pesquisa apresentava 20 questões, agrupadas em dois blocos: 1) Dados pessoais e familiares: 12 questões, 2) Dados sobre formação escolar e profissional: 8 questões.

No segundo momento, 46 alunos, com características diferenciadas em relação a idade, sexo, estado civil, renda, curso de nível médio e experiência profissional, foram submetidos a entrevistas semiestruturadas, versando sobre: percurso escolar; trajetória profissional; fatores que contribuíram para a escolha do curso, forma de ingresso, aspectos acadêmicos e perspectivas profissionais. Os dados quantitativos foram submetidos a tratamento percentual, organizados em tabelas no Sistema Microsoft Excel e analisados à luz dos aportes contextuais sobre o Curso de Pedagogia e a realidade das instituições pesquisadas. As entrevistas foram gravadas, transcritas e editadas. Sua análise teve como referência as questões norteadoras, os objetivos da pesquisa e foi realizada à luz dos aportes contextuais sobre o Curso de Pedagogia e sobre as Instituições pesquisadas.

Embora sejam apresentados aqui os caminhos metodológicos como um todo, não nos dispusemos a abordar os resultados dos dados qualitativos, que se referem apenas aos alunos sem experiência na área de educação. Nosso objetivo, nesta comunicação, é abranger, de forma mais ampla, todos os alunos do primeiro ano do Curso de Pedagogia, os quais foram pesquisados na primeira etapa da pesquisa.

Quem são e de onde falam os alunos de Pedagogia

A seguir, é apresentada a análise dos dados provenientes da etapa quantitativa da pesquisa, apontando quem são e de onde falam os alunos de Pedagogia. Cabe observar que, em todos os aspectos analisados, não há diferenças significativas entre a situação dos alunos do turno matutino e do noturno.

Acesso ao Curso de Pedagogia

A primeira questão respondida pelos alunos foi sobre a forma de ingresso no Curso de Pedagogia. Essa é uma informação relevante e que tem relação com os dados pessoais apresentados posteriormente. Há alguns anos atrás, a única forma de ingresso na Instituição de Ensino Superior era o exame vestibular. Recentemente, dentro da política de democratização do acesso ao ensino superior, o ingresso passou a ser feito de diversas formas: alguns alunos continuam fazendo exames vestibulares, mas esses

foram aliados a diferentes formas criadas para atendimento às diferenças: cotas de escola pública, cotas raciais e cotas para alunos com deficiências. O objetivo do Governo, com o Sistema de cotas, é promover a inclusão desses grupos historicamente excluídos das instituições, valorizar a escola pública onde está a maioria dos alunos de classe média e baixa, garantir um quadro de alunos com o mais variado histórico e perfil social, étnico e cultural, reduzir as desigualdades sociais, além de reafirmar sua política de ações afirmativas para inclusão social. Assim, os diferentes, seja pela etnia, seja pela situação econômica, seja pela situação de saúde, têm a garantia da reserva de um percentual de vagas, aumentando sua possibilidade de acesso ao ensino superior.

Além dessas cotas relacionadas ao vestibular, que são preenchidas através da reserva de vagas, as Instituições de Ensino Superior estão aderindo, gradativamente, a novas formas de acesso e permanência de alunos em seus cursos: o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM³, utilizado para avaliar a qualidade geral do ensino médio e o PROUNI⁴, que oferece bolsas de estudos a alunos sem condições socioeconômicas. Alguns alunos ingressaram no Curso de Pedagogia através de Transferência de outras instituições de ensino superior e da Obtenção de novo título, por parte de alunos que já concluíram um curso superior e escolheram a Pedagogia como segunda profissão.

A forma de ingresso no Curso de Pedagogia, mais utilizada pelos entrevistados (69%), foi o vestibular, predominante em todas as instituições. Duas instituições públicas e uma privada (UFMG, UEMG e PUC Minas) apresentaram nº significativo de entrada no sistema de cotas de escolas públicas, representando 7,9% do total. Apenas a UFMG admitiu alunos mediante o sistema de cota racial (1,6% do total), sendo que essa universidade e a Faculdade Pitágoras foram as únicas que não receberam alunos através do sistema de cotas para alunos especiais. Nas outras cinco Instituições, o percentual de alunos admitidos por esse sistema foi de 1,5%. Três instituições (PUC Minas, UNI BH e UNA) apresentaram o PROUNI, como uma forma de acesso e permanência de alunos

³ O Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM é uma prova criada em [1998](#) pelo [Ministério da Educação](#) e Cultura, utilizada como ferramenta para avaliar a qualidade geral do [ensino médio](#) no país. Posteriormente, o exame começou a ser utilizado como exame de acesso ao [ensino superior](#) em [universidades públicas](#) brasileiras, através do SiSU ([Sistema de Seleção Unificada](#)). O Enem é o maior exame do Brasil, que conta com mais de 4,5 milhões de inscritos divididos em 1.698 cidades do país.

⁴ O Programa Universidade para todos - PROUNI foi criado pelo Governo Federal em 2004. É um Programa do Ministério da Educação (MEC) que oferece bolsas de estudos em instituições privadas de ensino superior – em cursos de graduação – a estudantes brasileiros que não têm condições socioeconômicas para custear o curso nessas instituições e que ainda não tenham o diploma de nível superior.

no curso superior (10,2% do total). Os dados apontam que as Instituições de Ensino Superior estão atualizando as formas de acesso em seus cursos superiores, mas, na época da pesquisa, ainda predominava o vestibular tradicional.

Faixa etária

Em todas as instituições e turnos, predominam alunos da faixa etária de até 25 anos (54,9%), seguida da faixa de 26 a 30 anos (21,6%), havendo um decréscimo do nº de alunos nas outras faixas de idade. É interessante observar que, mesmo no curso noturno, predominam alunos dessas faixas etárias. Na faixa de 31 a 40 anos encontram-se 13,7% dos alunos pesquisados. Poucos estão acima de 40 anos em todas as instituições (5,4% na faixa de 41 a 45; 1,6% na faixa de 46 a 50 e 1,2% acima de 50 anos), sendo que a FUMEC não apresentou nenhum aluno nas faixas etárias superiores a 40 anos.

Segundo Barreto e Gatti (2009, p. 161), a predominância de alunos de Pedagogia nas faixas etárias até 25 anos pode ser explicada, em parte, pela exigência de certificação obrigatória em nível superior para o exercício da docência na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental, ocorrida após a promulgação da LDBEN nº 9394/1996. Até esse momento, era exigida a formação de nível médio para o exercício da docência nessas modalidades de ensino e os recém-formados lecionavam algum tempo antes de se dirigirem ao ensino superior.

A análise desses dados revela que o Curso de Pedagogia vem recebendo alunos com até 25 anos, sendo menor o número de estudantes com mais de 40 anos e esses não se concentram apenas nos cursos noturnos que, de modo geral, atendem aos alunos trabalhadores. Em princípio, esses dados evidenciam que não há grande defasagem de faixa etária no Curso de Pedagogia, ou seja, ele vem sendo procurado mais por alunos mais jovens do que por pessoas que estão em faixas etárias avançadas.⁵ Entretanto, a existência de significativo número de alunos nas faixas superiores a 25 anos indica o ingresso tardio no ensino superior, ou seja, para esses alunos, entrar no curso superior não seguiu uma sequência natural no processo de escolarização. Ao final do ensino médio, por circunstâncias diversas, eles se dirigiram ao mercado de trabalho, adiando a entrada no curso superior. De acordo com Bourdieu (1998, p. 41), as oportunidades de

⁵ Para melhor compreensão desses dados, é importante considerar que a pesquisa foi realizada com alunos iniciantes (1º e 2º períodos), o que pode explicar, em parte, a predominância de alunos com até 25 anos.

acesso ao ensino superior são os resultados de uma seleção direta ou indireta que, ao longo do percurso escolar, acontecem de maneira desigual sobre os sujeitos das diferentes classes sociais. Alunos oriundos de classes menos privilegiadas, como é o caso de grande parte dos alunos da pesquisa, têm menos chances de ingressarem na educação superior do que os pertencentes às classes dominantes.

Estado civil e número de filhos

Em relação ao **estado civil**, observa-se que há predominância de alunos solteiros em todas as instituições e turnos (67,9%). A esses, seguem-se os casados (25,8%), sendo menos significativos aqueles que se encontram em outra situação relativa ao estado civil (6,3%). Os alunos separados, desquitados ou divorciados são em número menor do que aqueles que vivem com companheiro ou companheira. Somente a UFMG e a UNA têm um aluno viúvo.

No que diz respeito ao **número de filhos**, a maior parte dos alunos não os tem (75,1%), sendo que, entre aqueles que têm filhos, predominam os que têm apenas um filho (12,1%), seguidos dos que têm dois (8,1%) ou três filhos (4,4%). É pouco significativo o número de alunos que declararam ter mais de três filhos (0,3%). Essa situação é normal nos dias de hoje, quando as famílias estão reduzindo o número de filhos, em virtude das dificuldades sociais e econômicas para se criar famílias grandes.

Renda pessoal e familiar

A renda pessoal da maioria dos alunos não ultrapassa dois salários mínimos⁶ (26,8% com renda inferior a 1 salário e 43,6% com renda entre 1 e 2 salários), havendo um decréscimo de ocorrências, na medida em que cresce a faixa salarial. Em todas as instituições, é significativo o número de alunos que não têm renda pessoal (17,6%).

Quanto à **renda familiar**, constata-se que a família da grande maioria dos alunos tem renda entre 1 e 5 salários mínimos (71,1%), sendo significativamente menor o número de famílias que têm renda entre 6 e 10 salários (20,3%) e reduzido o número de alunos que declararam renda familiar acima de 10 salários mínimos (5,0% entre 11 e 15 salários, 1,7% entre 16 e 20 e 1,6% acima de 20), sendo que a maioria desses últimos está nas instituições públicas.

⁶ O salário mínimo vigente na época da pesquisa correspondia a R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE disponibilizou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/2009 sobre os estratos econômicos da população brasileira e estabeleceu os seguintes grupos de renda: Classe E: de zero a 705 reais; Classe D: de 705 a 1.126 reais; Classe C: de 1.126 a 4.854 reais; Classe B: de 4.854 a 6.329 reais e Classe A: acima de 6.329 reais.

Segundo Neri (2010), cerca de 29 milhões de brasileiros ingressaram na fileira da chamada Nova Classe Média (Classe C) entre 2003 e 2009, aumentando o contingente dessa classe para 94,9 milhões de brasileiros, o que corresponde a mais da metade da população (cerca de 50,5%).

Comparando os dados desta pesquisa com a definição de classes estabelecidas pelo IBGE, pode-se inferir que grande parte dos alunos está situada na classe C, o que pode significar a busca de ascensão de certos estratos da população em direção a profissões mais qualificadas, via curso superior.

Escolaridade dos familiares

Para a análise das informações relativas à escolaridade, é necessário considerar que, atualmente, a denominação das diferentes etapas do ensino fundamental – 1ª a 4ª séries e 5ª a 8ª séries – foi alterada, devido ao aumento de um ano nesse nível de ensino: o ensino fundamental passou a ter nove anos, ao invés de oito e os diferentes níveis ficaram assim denominados: 1º ao 5º ano e 6º ao 9º ano. Entretanto, como a maioria dos familiares dos entrevistados estudou na antiga estrutura, conservamos a denominação anterior: “ensino fundamental: 1ª à 4ª séries” e “ensino fundamental: 5ª à 8ª séries”.

Outra consideração importante é que o grande número de abstenções em relação às informações relativas a companheiros se explica porque a maior parte de entrevistados é de solteiros e a informação solicitada diz respeito aos casados e àqueles que vivem com companheiros.

Há pais e mães analfabetos (4,6% e 4,0%, respectivamente), mas não há companheiros sem nenhuma escolaridade. Enquanto um significativo número de pais e mães não chegaram a completar a 4ª série do ensino fundamental (29,1% e 24,0%, respectivamente), muito poucos companheiros estão nessa situação (0,5%). Alguns pais, mães e companheiros concluíram o ensino fundamental e não deram continuidade

aos estudos (4,8% de pais, 8,2% de mães e 0,6% de companheiros). Foram identificados pais e mães que completaram o ensino médio (18,3% e 18,7%, respectivamente), sendo menor o número daqueles que concluíram algum curso de graduação (8,9% e 7,5%, respectivamente). Quanto aos companheiros, 13,9% completaram o ensino médio e 5,5% concluíram o curso superior de graduação.

No que diz respeito a cursos de Pós Graduação, a situação de pais, mães e companheiros é mais ou menos equilibrada. Em todos os três estratos, há alguns com pós graduação *lato sensu* (1,1% de pais, 1,8% de mães e 1,6% de companheiros) e um menor número com Mestrado (0,4% de pais, 0,7% de mães e 1,4% de companheiros). Enquanto não há mães e companheiros com Doutorado, foram encontrados dois pais com esse nível de escolaridade: um na PUC Minas e outro na FUMEC, representando 0,5% do total.

A escolaridade de pais e mães não é muito diferente, sendo que essas possuem nível um pouco mais adiantado do que seus maridos. Muitos pais não chegaram a completar o ensino fundamental que, atualmente, representa a escolaridade mínima exigida para ocupação dos cargos mais simples do mercado de trabalho. Esse fato é agravado pela presença de pais e mães analfabetos.

Essa é uma realidade de países em que o processo de universalização da escolarização ocorreu de maneira tardia, como é o caso do Brasil. Em 2007, a taxa de analfabetismo das pessoas com mais de 15 anos era de 10%, o que representava 14,1 milhões de pessoas que não sabiam ler ou escrever. Isso sem considerar os analfabetos funcionais, que também representam uma parcela considerável da população (IBGE, 2009)

Os dados permitem inferir que os alunos, ainda que sejam filhos de pais analfabetos ou com baixa escolaridade, buscaram companheiros com melhor nível escolar, já que entre esses não há nenhum analfabeto e muito poucos que não completaram nem os anos iniciais do ensino fundamental. Isso pode significar que pessoas que alcançaram o nível superior procuraram assegurar, no casamento, interlocutores mais compatíveis com seu nível intelectual. Segundo Bourdieu (2004, p. 88-90), os diferentes grupos sociais utilizam-se de estratégias de reprodução social, sendo o matrimônio uma delas. Enfatiza que o casamento não é “uma operação pontual e abstrata, mas um ato que integra o conjunto de necessidades inerentes a uma posição social [...]”. Para esse sociólogo, “amar é sempre um pouco amar no outro uma outra realização do seu próprio destino social”.

Ocupação principal dos familiares

Para a classificação das ocupações, foi utilizada a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, instituída pela Portaria Ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002, a qual tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares. As ocupações indicadas no questionário foram classificadas nos dez grandes grupos ocupacionais, definidos pela CBO, respeitando as especificações contidas em cada grande grupo. A esses, foram acrescentados dois grupos de entrevistados: os aposentados e os que não exercem atividades profissionais classificadas (do lar e pastor evangélico). Os grupos ficaram assim organizados:

Grupo 1: Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares;

Grupo 2: Membros superiores do Poder Público, Dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes;

Grupo 3: Profissionais das ciências e das artes;

Grupo 4: Técnicos de nível médio;

Grupo 5: Trabalhadores de Serviços Administrativos:

SGP1 – Não têm contato com o público;

SGP2 – Atendem ao público;

Grupo 6: Trabalhadores de serviços e vendedores do comércio;

Grupo 7: Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca;

Grupo 8: Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais
(lidam mais com a forma do que com o conteúdo do produto);

Grupo 9: Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais
(lidam com sistemas de produção contínuos);

Grupo 10: Trabalhadores de manutenção e reparação;

Grupo 11: Aposentados;

Grupo 12: Não exercem atividades profissionais classificadas;

Grupo 13: Não responderam, não informaram, não se aplica.

Os dados indicam que a ocupação acompanha, de certa forma, o nível de escolaridade. Significativo número de pais, mães e companheiros exercem ocupações do grupo 6

(trabalhadores de serviços e vendedores do comércio) que, em geral, não exigem nem mesmo o nível médio completo (36,4% de pais, 27,4% de mães e 12,7% de companheiros), seguidas daquelas que se encaixam no grupo 4 (técnicos de nível médio), que agrupa 9,8% dos pais, 13,5% das mães e 7,3% dos companheiros. É significativo o número de pais e companheiros que se encaixam no grupo 10 (trabalhadores de manutenção e reparação) que, grande parte das vezes são práticos e, em alguns casos, fizeram cursos preparatórios em Programas ou órgãos públicos, como o SENAI. (16,5% de pais e 2,4% de companheiros). Apenas duas mães exercem ocupações desse grupo, representando 0,4% do total. Muitas mães (43,3%) estão no grupo 12 (não exercem atividades profissionais classificadas), na medida em que grande parte delas não trabalha fora e exerce atividades domésticas, no lar. 0,4% de pais e 1,0% de companheiros exercem atividades desse grupo, no qual se enquadram pastores e atividades informais. Entre os companheiros, há significativo número daqueles que são profissionais das ciências e das artes, grupo 3, em que se enquadram os profissionais do ensino e cujas profissões exigem nível superior para seu exercício (5,9%). 5,8% dos pais e 7,8% das mães exercem profissões incluídas nesse grupo. Foram identificados, no grupo 1 (Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares), 2,4% dos companheiros, 3,6% dos pais e apenas uma mãe, representando 0,2% do total.

Esses dados evidenciam que as alunas de Pedagogia, em sua maioria, vêm de famílias com renda, escolaridade e ocupações medianas. Para muitas, fazer um curso superior significa uma grande ascensão, se considerado o grupo familiar.

Curso de nível médio concluído pelos alunos

Como foi comentado anteriormente, a grande maioria dos alunos de todas as instituições pesquisadas fez seus estudos de nível médio em escola pública (79,1%), especialmente em escolas estaduais, sendo muito menor o número daqueles que o fizeram em escolas privadas (17,3%). Poucos alunos tiveram seu percurso dividido entre escolas públicas e privadas (3,6%).

No que diz respeito ao **tipo de curso**, predomina, em todas as escolas e turnos, o acadêmico ou científico (65,8%), seguido do Curso Normal de nível médio (21,3%), dos cursos técnicos profissionalizantes (7,9%) e dos cursos supletivos (5,0%). Essa informação condiz com a atual configuração do corpo discente de Pedagogia, integrado

por vários alunos que vieram de outras áreas e não têm experiência na área de educação. Pertence ao passado o tempo em que a Pedagogia era quase uma extensão do Curso Normal de nível médio e contava, em seu corpo discente, com expressivo número de professoras das diferentes redes de ensino. Hoje, esse curso recebe ainda professores, mas está aberto a um público diversificado que, muitas vezes, nunca pisou em uma sala de aula ou em uma escola, como profissional da educação.

Experiência com outros cursos superiores

A maioria dos alunos não teve experiência com outros cursos superiores (75,6%), mas alguns deles, em todas as instituições, chegaram a iniciar ou até mesmo a concluir outro curso superior (24,4%). Em geral, as razões apontadas para o redirecionamento para a Pedagogia foram de ordem pessoal e prática: inadaptação ao curso anterior, dificuldade em cumprir as atividades específicas dele, problemas de horários e maior conveniência em fazer a Pedagogia. Alguns fizeram reopção para a Pedagogia, outros se transferiram e os alunos que chegaram a concluir outro curso superior, fizeram Pedagogia mediante obtenção de novo título. Observamos que há uma dispersão dos outros cursos superiores iniciados ou concluídos pelos alunos de Pedagogia. Os cursos indicados por maior número de alunos foram as licenciaturas em outras áreas (Letras e História), o que indica uma afinidade com a profissão docente.

Atividade docente atual

Em todas as escolas e turnos, a grande maioria dos alunos não exerce a profissão docente (82,2% do total). Entre aqueles que a exercem, predomina a docência na Educação Infantil (9,8%), sendo seguida pelo Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano (2,3%). São raras as experiências nas séries finais do Ensino Fundamental (0,3%), na Educação de Jovens e Adultos (0,4%) e na Educação Especial (0,5%). Como outras atividades docentes (4,5%), foram indicadas: aulas particulares, aulas de catecismo e aulas em Programas específicos de ONGS, Associações ou Igrejas.

A maior concentração na Educação Infantil reflete as maiores possibilidades oferecidas por esse nível de ensino aos alunos inexperientes, que estão nos anos iniciais da Pedagogia. Além de apresentar um nível de exigência menor do que os anos iniciais do Ensino Fundamental, em relação ao conhecimento teórico e metodológico das

disciplinas, esse nível de ensino tem acolhido alunos de Pedagogia que necessitam adquirir a experiência docente necessária à sua atuação profissional.

Experiência de estágio extracurricular remunerado na área de educação

Em todas as instituições pesquisadas, a maior parte dos alunos não faz esse tipo de estágio (60,5% do total). Entre os alunos que fazem estágio extracurricular remunerado, a maioria o faz na Educação Infantil (12,1%). Na verdade, esse estágio tem sido utilizado pelas escolas como uma forma de subemprego. As alunas acabam assumindo uma classe, mas não recebem como professoras e sim como estagiárias. Como precisam de experiência de magistério, elas aceitam de bom grado os estágios mal remunerados, porque eles vão assegurar-lhes essa experiência. A experiência de estágio no Ensino Fundamental, séries iniciais (1ª a 5ª) foi citada por alunos de todas as instituições, exceto da FUMEC (4,4% do total). Já o estágio nas séries finais do Ensino Fundamental (0,8%), na Educação de Jovens e Adultos (0,5%) e na Educação Especial (2,0%) é menos frequente. Algumas alunas citaram outros tipos de estágio, geralmente em Programas específicos de ONGS e Associações (2,7%).

Profissão atual em outras áreas.

Como no caso da atividade na área educacional, a maioria dos alunos afirmou que não exerce atualmente profissão em outra área (60,6%), o que significa que são muitos os alunos desempregados ou envolvidos com atividades informais. As áreas apontadas são muito diversificadas, não havendo grande concentração em nenhuma delas. Predominam as atividades das áreas de Serviços Administrativos (7,6%), Telemarketing (3,5%) e Atendimento a Clientes (3,5%). Também foram apontadas outras áreas (5,6%), que compreendem: fiscal de transporte e trânsito, assessoria a Entidades de Classe, Soldado da Polícia Militar, empresa de leilão de bens, protocolo em setor público, empresa de televisão.

Experiência profissional na área de educação

Muitos alunos de Pedagogia não tem experiência na área de educação (43,3%) e, entre os que a têm, predomina a experiência como auxiliar de classe, monitor ou estagiário (25,9%), seguida da experiência docente (14,6%), apontada por um número menor de

alunos, em todas as instituições e turnos. Esse fato se explica porque a maioria dos alunos fez curso de nível médio científico ou acadêmico e não possui formação necessária para a docência. Assim, como não podem assumir a classe, atuam como auxiliares, monitores ou estagiários remunerados. Em outras experiências (9,3%), foram indicadas as mesmas que apareceram na atividade atual: aulas particulares e docência em Programas de ONGS, igrejas e outras associações.

Experiência em área não educacional.

Alguns alunos não têm nenhuma experiência em outras áreas (8,3%). Em todas as instituições predomina a experiência na área de comércio (19,7%) e de atendimento a clientes (15,3%). Também são expressivas as indicações na área de serviços administrativos (14,1%), telemarketing (11,3%) e artesanato (5,2%). É menos expressiva a experiência nas áreas: esporte e recreação (2,5%), indústria (2,6%), informática (2,8%), serviços da área de saúde (3,3%) e serviços domésticos (3,6%), sendo que esses últimos não se referem às tarefas do lar, mas à atividade profissional remunerada de doméstica, faxineira ou babá. Na categoria “outros” (5,5%), são indicadas atividades diversas, tais como: atividades no Departamento de trânsito, atividades em Entidades de Classe e Associações, atividades como Militar, atividades de auxiliar de serviços em setor público, empresa de televisão.

Notas finais

Falar sobre os atores do Curso de Pedagogia não é uma tarefa fácil nos dias atuais, quando a docência na escola básica, objeto desse curso, sofre uma crise de desvalorização, a qual leva ao desinteresse dos jovens por essa área profissional. Nesse contexto, o curso passa por uma mudança na configuração de seu corpo discente, o qual vem sendo crescentemente integrado por alunos que desconhecem a área educacional, o contrário do que ocorria há alguns anos atrás, quando esse curso era quase uma extensão do Curso Normal de Nível Médio, cujos egressos se dirigiam aos Cursos de Pedagogia, para complementar, em nível superior, sua formação docente.

Os dados aqui apresentados apontam as principais características dos atores desse curso, cuja maioria é proveniente de camadas pouco privilegiadas da população e, embora não possua uma condição socioeconômica favorável, tem investido nos estudos e busca no

curso superior uma ascensão social e econômica. Trata-se de alunos predominantemente da faixa etária inferior a 30 anos que, apesar de ainda serem jovens, têm que enfrentar os desafios de serem estudantes e trabalhadores, ao mesmo tempo. Mesmo aqueles que ultrapassaram essa faixa etária continuam a vislumbrar, no ensino superior, uma oportunidade de ascensão não só social e econômica, mas também cultural.

A luta pela sobrevivência e pela busca de aprimoramento pessoal e profissional tem direcionado muitos desses alunos para o Curso de Pedagogia, mesmo quando esse curso não foi sua opção prioritária. Sem experiência anterior na docência e exercendo atividades profissionais fora da área da educação, sua permanência no curso é mais difícil e implica no enfrentamento de desafios diários, tais como as dificuldades financeiras, a falta de tempo para estudo e para a participação em atividades acadêmicas oferecidas pela Instituição e a dificuldade em participar de grupos de colegas e de atividades de integração da turma.

Essas constatações apontam para a necessidade de revitalização constante dos Cursos de Pedagogia que deverão, predominantemente, buscar conhecer seus alunos: de onde vêm, que bagagem trazem para o curso e o que esperam e necessitam que ele ofereça.

Ao lado desse conhecimento dos alunos, os responsáveis pelos Cursos de Pedagogia necessitam pensar melhor nos estágios que oferecem. Como a maioria dos alunos não têm experiência docente nem tempo para se dedicar à sua formação, o estágio curricular é a única oportunidade que eles têm de se aproximarem de seu campo de atuação profissional. Além de questionar se a carga horária de estágio estabelecida nas Diretrizes Curriculares é suficiente para a imersão do aluno no campo educacional, é preciso se empenhar no melhor direcionamento das atividades práticas, no sentido de otimizar o tempo de que dispõe para a formação profissional dos alunos.

Somente a partir de um conhecimento real de seus atores e de um investimento seguro e interessado no aprimoramento das atividades acadêmicas, o Curso de Pedagogia poderá prestar uma formação de qualidade aos seus alunos.

Referências Bibliográficas

BARRETO, Elba S. S. e GATTI, Bernardete A. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

BOGDAN, Robert C. e BIKLEN, Sari K. **Investigação Qualitativa em Educação.** Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre. Da regra às estratégias. In: BOURDIEU, P. **Coisas ditas.** São Paulo, Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. O capital social. In: NOGUEIRA, M^a Alice. e CATANI, Afrânio.(orgs). **Escritos de Educação.** Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Presidência da República/Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 9394/96, de 20/12/1996:** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 20/12/1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em 04 fev 1997.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura/Secretaria de Ensino Superior/Comissão de Especialistas de Ensino de Pedagogia. **Proposta de Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia.** Brasília, 06/05/1999. Disponível em:< <http://www.mec.org.br>>. Acesso em: 10 dez.1999.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **ProUni - Programa Universidade para todos.** Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br>> Acesso em: 14 mar 2011.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>> Acesso em: 14 mar 2011.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa Nacional de Amostras a Domicílio – PNAD. 2009. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/suppme/default_educacao.shtm. Acesso em 14/08/2011.

CASTRO, M. A formação de professores e gestores para os anos iniciais da educação básica: das origens às diretrizes curriculares nacionais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, 199-227, 2007.

CASTRO, M. (Coord). **Formação de Professores para a Educação Básica no Curso de Pedagogia:** realidade e expectativas de alunos iniciantes. Relatório de Pesquisa. Financiamento Fapemig. PUC Minas, Belo Horizonte, Nov 2011.

FERNANDES, M^a Célia F. **Um novo campo de atuação profissional:** o Curso de Pedagogia como escolha possível. PPGE PUC Minas. Dissertação Mestrado. Dez. 2011.

NERI, Marcelo C. **A nova classe média: o lado brilhante dos pobres.** Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas/CPS, 2010. Disponível em: http://www3.fgv.br/ibrecps/ncm2010/NCM_pesquisa_FORMATADA.pdf. Acesso em 09/08/2011.